

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM ADVOCACIA PÚBLICA

5ª Turma

De 11/09/2017
a junho/2018
420 horas

[Clique aqui para ir direto ao site do curso](#)

Telefone: (031) 3224-8438

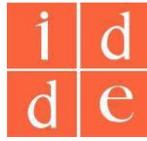
Email: contato@idde.com.br

Site: www.idde.com.br



ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	PROGRAMA.....	4
3	CORPO DOCENTE E COLABORADORES.....	5
4	METODOLOGIA.....	8
5	CERTIFICAÇÃO.....	8
6	INVESTIMENTO.....	8
7	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	9



PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU A DISTÂNCIA EM ADVOCACIA PÚBLICA

1 APRESENTAÇÃO

O IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático, em parceria com a **Faculdade Arnaldo** e o **IGC – Ius Gentium Conimbrigae** (Centro de Direitos Humanos) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, **abre as inscrições para a esperada nova turma** da Pós-Graduação a Distância em ADVOCACIA PÚBLICA.

Tendo sido uma das primeiras Especializações do gênero no Brasil, o Curso foi planejado para ser o ambiente privilegiado de análise dos fundamentos teóricos, dogmáticos, jurisprudenciais e administrativos atinentes à atividade cotidiana dos **Procuradores, Advogados Públicos e demais Advogados militantes na área**, dentro de um panorama reflexivo que inclui disciplinas de formação, disciplinas dogmáticas e discussão de cases.

Os parceiros possuem **destacada experiência** na área, uma vez que este Curso de Pós-Graduação já foi realizado para a AGU – Advocacia Geral da União e para Procuradorias Gerais de vários Estados e Municípios.

Com altíssimo índice de aprovação entre os participantes, confira alguns depoimentos de destaque:

*“O ensino a distância tem se revelado uma eficaz ferramenta para o aperfeiçoamento de conhecimentos nas mais variadas áreas e profissões. Não é diferente no Direito, especialmente para aqueles que não têm como se distanciar do trabalho. **Fiquei positivamente surpreso com a Especialização a Distância em Advocacia Pública do IDDE, primeiro, pela excelência da grade e da qualidade técnica do material de apoio e leitura, segundo, pelo qualificadíssimo quadro docente e, terceiro, pela própria ferramenta virtual utilizada. Parabéns a equipe técnica do IDDE pela oportunidade de os advogados públicos aperfeiçoarem seus conhecimentos, o que redundará numa melhor qualidade das defesas do ente público a que se vinculam.**”*

Ophir Cavalcante Júnior

Ex-aluno. Procurador Geral do Estado do Pará. Ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

*“Venho dar meus sinceros parabéns pelo curso: **enriquecedor e de alto nível**”.*

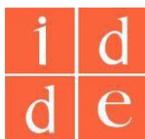
Alessandro Vendramini Langerhorst

Ex-aluno. Procurador da Fazenda Nacional no Estado da Bahia.

*“**Parabenizo o IDDE e as instituições vinculadas pela qualidade da EaD oferecida, tanto em nível operacional, quanto aos professores, conteúdos didáticos e textos para leitura.**”*

Milton Chicalé Correia

Ex-aluno. Professor Doutor da Faculdade do Estado do Mato Grosso.



2 PROGRAMA

Título

ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA PÚBLICA

Objetivo Principal

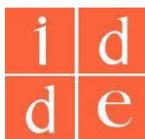
- Aprimorar a atividade funcional dos interessados, a partir do aprofundamento dos pressupostos teóricos, dogmáticos e jurisprudenciais das atividades estratégicas atinentes à advocacia pública.

Objetivos Específicos

- Propiciar a capacitação de profissionais que preferem o Ensino a distância ou não têm disponibilidade para realização do Curso presencial em Belo Horizonte, garantindo o acesso de todos a uma Pós-Graduação específica.
- Atualizar o conhecimento sobre os fundamentos teóricos e dogmáticos das disciplinas relacionadas diretamente à Advocacia Pública.
- Capacitar os participantes em relação às principais questões da sua atividade profissional cotidiana.
- Promover a comunicação e o *networking* entre os participantes.
- Levantar as teses jurídicas essenciais à função.
- Estimular a produção bibliográfica dos participantes.
- Valorizar a Advocacia Pública e as respectivas Instituições representativas.

Conteúdo Programático

MÓDULO	DISCIPLINA
Tópicos em Gestão Pública 60h	Fundamentos da Gestão Pública
	Conciliação e Arbitragem na Administração Pública
	Orçamento Público
Estatuto Jurídico-Constitucional da Advocacia Pública 30h	Estatuto Jurídico-Constitucional da Advocacia Pública
Direito Administrativo Aplicado 150h	Responsabilidade Civil do Estado
	Regime Jurídico dos Servidores Públicos
	Processo Administrativo Disciplinar
	Licitações
	Contratos Administrativos e Convênios
Temas Especiais 150h	Tópicos em Direito Processual Civil
	Tópicos em Direito Tributário
	Tópicos em Direito Previdenciário
	Tópicos em Direito Ambiental
	Tópicos em Direito à Saúde
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico 30h	Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico
Total:	420h



Datas

- Início: 11 de setembro de 2017
- Término: junho de 2018

3 CORPO DOCENTE E COLABORADORES

Portugal

Jónatas Machado

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Diretor do Centro de Direitos Humanos (*Ius Gentium Conimbrigae*) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Pedro Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogado (sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, Sociedade de Advogados). Diretor Executivo do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Diretor da Revista de Contratos Públicos. Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

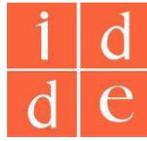
Brasil

Camila Pereira Linhares

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Sete Lagoas, especialização em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), MBA em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário UNA e mestrado em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade FUMEC. Diretora Executiva da Câmara de Mediação e Arbitragem do CREAMG, palestrante e Professora de Direito Arbitral e Direito Empresarial. Superintendente em Minas Gerais do Conima – Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem, membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da OABMG e membro do International Centre for Dispute Resolution (ICDR Youn& International).

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) . Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Foi Visiting Scholar (pós doutorado) na George Washington University (GWU) em programa de Estágio Senior com bolsa da CAPES. Professora efetiva da graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da UFMG desde 2010. Subchefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Presidente da Comissão de Parceria Público Privada da OAB/MG. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo há dois mandatos. Conselheira Efetiva da OAB/MG no triênio 2016/2018. Advoga na área de direito administrativo, com destaque para os assuntos relativos a licitações e contratos (Carvalho Pereira Pires Fortini Rossi Sejas Advogados Associados). Árbitra da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Foi Controladora Geral do Município de Belo Horizonte (2010 a 2014). Foi Procuradora Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte (2008 a 2010). Presidiu o Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA), onde também foi Vice-Presidente. Já coordenou a pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG (NIEPE) Já integrou, por duas vezes, o colegiado do Curso de Direito da Faculdade de Direito da UFMG. Foi Professora da PUC/Minas. Foi Professora da UNIFENAS. Foi Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Izabela Hendrix, época em que o curso recebeu triplo A. Coordenou a área de Direito Administrativo da Escola Superior da OAB/MG. Produziu uma série de artigos, capítulos de livros e livros.



Daniel Perrelli Lança

Possui Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa, especialização em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE) e graduação em Direito pela Faculdade Milton Campos. Consultor para Projetos de Governança, Pública e Privada, e de Gestão Estratégica e Projetos Especiais. É Co-Fundador da startup SMARTGOV – Governança Criativa.

Diógenes Baleeiro Neto

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Salvador, especialização em Direito Processual pela Universidade Estadual de Montes Claros e mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. É Procurador do Estado de Minas Gerais.

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel

Possui Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Direito pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi Secretário de Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais no período de 2009 a 2013 e Professor substituto da Universidade Federal de Minas Gerais no período de agosto de 2011 a dezembro de 2013. Atualmente é Professor de Direito Administrativo da graduação e pós-graduação do Centro Universitário UNA, da graduação da FEAD, da pós graduação em Direito e do Instituto de Atualização em Direito (CAD) e do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE. Advogado e membro da Diretoria do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA.

Fernando Ferreira Calazans

Advogado, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2010) e Especialista em Gestão Previdenciária (2007) e em Direito Público (2002), certificado pelo ICSS - Instituto de Certificação de Seguridade Social. É Professor convidado da Faculdade de Direito da UAN/Angola e da Escola Nacional de Administração/Angola, Diretor de Seguridade do Fundo de Pensão Multipatrocinado OABPrevMG, membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/MG e Assessor Jurídico da Secretaria de Previdência do Município de Belo Horizonte. Ocupou os cargos de Professor Substituto na UFMG e de Professor Assistente I na PUCMINAS. Tem experiência nas três esferas de governo, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e Sociedade, Novos Paradigmas da Gestão Pública, Previdência Social, Representação e Participação Social em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Tem experiência em docência em cursos de Graduação e Pós-graduação de Direito e Administração

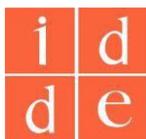
José Luiz Borges Horta

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é professor associado de Teoria do Estado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Dedicção Exclusiva, onde é Coordenador do Bacharelado em Ciências do Estado e membro efetivo do Conselho Universitário. Na Universitat de Barcelona (UB), Espanha, desenvolveu estudos pós-doutorais junto à Facultat de Filosofia, sendo recebido como Professor Visitante (2010-2011). Tem experiência na área de Filosofia do Estado e Teoria do Estado, Filosofia do Direito, História do Direito, Filosofia da História e Filosofia da Cultura, e lidera dois grupos de pesquisa: o Grupo de Pesquisa dos Seminários Hegelianos (UFMG) e o Grupo internacional de Pesquisa em Cultura, História e Estado (UFMG-UB).

Laura Angélica Moreira Silva

Possui graduação em graduação em Ciências Sociais pela PUCMinas (2009). Especializou-se em Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais, é Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 2010 atua como pesquisadora associada junto ao Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da Fundação João Pinheiro e é professora em cursos de Pós-Graduação na área de

[rua espírito santo, 1204 | centro | belo horizonte/mg | 30160-031 | \(+5531\) 3224-8438/3213-7329 | \[www.idde.com.br\]\(http://www.idde.com.br\)](#)



Gestão Pública desde 2014. É Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas e executa atividades de consultoria técnica na área de gestão.

Liana Portilho Mattos

Advogada formada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em 1997. Especializou-se em Análise Urbana pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, é Mestre em Direito da Cidade pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. É também Procuradora do Estado de Minas Gerais. Exerce a advocacia privada especializada em questões patrimoniais, culturais e urbanístico-ambientais e tem significativa experiência na área governamental, na qual já exerceu o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG (2007/2008), tendo, ainda, trabalhado na assessoria a municípios em processos de elaboração de planos diretores e legislação urbanística. Liana Portilho é professora de Direito Urbanístico e tem diversas publicações técnicas em livros e revistas especializadas em temas de Direito Urbanístico, com destaque para as obras de sua organização e autoria: Estatuto da Cidade Comentado (Mandamentos, 2002); Função Social da Propriedade à luz do Estatuto da Cidade (Temas & Idéias, 2003); Nova Ordem Jurídico-Urbanística: Função Social da Propriedade na Prática dos Tribunais (Lumen Juris, 2006).

Marcelo Kokke Gomes

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), mestrado e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Atualmente é membro da AGU - Advocacia-Geral da União, Procurador Federal colaborador da Escola da Advocacia-Geral da União e Professor de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito.

Marilda de Paula Silveira

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), mestrado em Direito Administrativo de Federal de Minas Gerais (2008) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Coordenadora em cursos de pós-graduação e capacitação online. Desenvolve conteúdo, tutoria e atividades docentes em educação a distância desde 2009. Atualmente é Coordenadora do NEAD, na EDB/IDP, Coordenadora do curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral da SLM em parceria com a EDB/IDP. Secretária Instituto de Direito Administrativo do DF, Professora de Direito Administrativo e Eleitoral da EDB/IDP, membro do IBRADE e membro fundador da ABRADep, Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral e sócia da Silveira e Unes Advogados Associados. Tem experiência na área de Educação a Distância, na docência em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: administrativo, corrupção, eleitoral, administração pública e licitação.

Onofre Batista

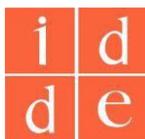
Pós-Doutorado em Direito (Democracia e Direitos Humanos) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Graduação em Direito (1996), em Engenharia Civil (1984) e em Administração (1988). Professor Adjunto do Quadro Efetivo da Graduação e Pós-Graduação em Direito na UFMG. Procurador do Estado de Minas Gerais. Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais.

Silvana Regina Santos Junqueira

Possui Graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte e Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Continuada IEC/PUCMINAS. Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro/MG. Foi Advogada da União na Advocacia-Geral da União/Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais. Advogada.

Obs.: O corpo docente poderá sofrer alterações.

rua espírito santo, 1204 | centro | belo horizonte/mg | 30160-031 | (+5531) 3224-8438/3213-7329 | www.idde.com.br



4 METODOLOGIA

O Curso será realizado na modalidade a distância (*on-line*), sendo, portanto, necessário acesso por computador com conexão à internet.

Entenda como funciona: a cada semana você terá um conjunto de atividades a realizar. São videoaulas, textos relevantes, resolução de casos concretos, debates, etc. Nesse caminhar, haverá auxílio por parte do Professor e de Tutores especializados, transformando o aprendizado em algo dinâmico, atual, relevante e aplicável no dia a dia.

No Ensino à Distância, **você determina seus horários de estudo**, devendo realizar as atividades planejadas. Durante a semana, você terá total liberdade para organizar o seu tempo de dedicação, lembrando que o acesso poderá ser realizado durante os 7 dias da semana, 24 horas por dia.

Ao final do Curso, será agendado **um encontro presencial** em Belo Horizonte para realização de uma prova escrita e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, exigidos pelo MEC. Os matriculados receberão todas as informações sobre os procedimentos de aprendizagem e serão acompanhados por Tutores que os auxiliarão ao longo do Curso.

5 CERTIFICAÇÃO

O *Curso de Especialização em Advocacia Pública* cumpre todas as exigências do MEC. Todo o registro acadêmico, bem como o certificado com validade nacional serão produzidos pela Faculdade Arnaldo, dotada de autorização para emissão de títulos de Pós-Graduação *Lato Sensu* a Distância pela Portaria MEC nº 641 de 18/07/2016. Será ainda emitido um segundo certificado, com validade internacional, pelo *Ius Gentium Conimbrigae*/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático.

6 INVESTIMENTO

Interessados em geral:

R\$9.124,50
18 parcelas de R\$506,91
5% de desconto à vista

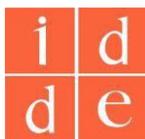
Advogados em geral:

R\$9.033,15
18 parcelas de R\$501,84
5% de desconto à vista

Parceria ANAPE, ANAUNI, Associações de Procuradores e OABs parceiras (checar lista).

R\$7.299,60
18 parcelas de R\$405,53

Para matrículas até 01/08/2017 será concedido desconto extra de 5%



7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Documentos necessários para matrícula

1. Cópia autenticada do Diploma ou do Certificado de Conclusão de Graduação
2. Cópia do histórico escolar de Graduação
3. Cópia do título de eleitor
4. Cópia do RG
5. Cópia do CPF
6. Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso)
7. Cópia de Comprovante de Residência
8. 01 foto 3x4

Matrícula e demais informações

IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático

www.idde.com.br

email: contato@idde.com.br (+5531) 3224-8438 / 3214-2260

Rua Espírito Santo, 1204, Centro, Belo Horizonte, MG, 30160-031